

ARTIGOS LIVRES

AS EMENDAS ORÇAMENTÁRIAS INDIVIDUAIS E O EFEITO NO DESEMPENHO ELEITORAL DOS DEPUTADOS FEDERAIS QUE ATUARAM NA 54^a LEGISLATURA (2011-2014)

*THE INDIVIDUAL BUDGET AMENDMENTS
AND THE EFFECT ON THE ELECTORAL
PERFORMANCE OF FEDERAL
REPRESENTATIVES IN THE 54TH
CONGRESS (2011-2014)*

Carlos Eduardo Bandeira dos Santos* 

Maria Dolores Lima da Silva** 

Rodrigo Dolandeli dos Santos*** 

Carlos Augusto da Silva Souza**** 

* Universidade Federal do Pará, Programa de Pós Graduação em Ciência Política,
Belém/PA, Brasil.

E-mail: carlosebs@ufpa.br.

** Universidade Federal do Pará, Programa de Pós Graduação em Ciência Política,
Belém/PA, Brasil.

E-mail: mdls@ufpa.br.

*** Universidade Federal do Pará, Programa de Pós Graduação em Ciência Política,
Belém/PA, Brasil.

E-mail: dolandeli@ufpa.br.

**** Universidade Federal do Pará, Programa de Pós Graduação em Ciência Política,
Belém/PA, Brasil.

E-mail: carlossouza@ufpa.br.

RESUMO

O artigo trata da alocação estratégica das emendas individuais ao orçamento da União e o efeito eleitoral no desempenho dos deputados federais que atuaram na 54^a legislatura. Argumenta-se que políticos já titulares de cargo eletivo que se candidatam a reeleição direcionam os recursos orçamentários da União conquistados através de emendas individuais para lograrem êxito em suas votações municipais. Nesses termos, as três hipóteses a serem testada são de que quanto maior os valores de emendas individuais aprovadas para o município, maior a votação do parlamentar; os deputados federais aprovam suas emendas em municípios com menor nível de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, pois o retorno eleitoral sobre os votos é maior; e os municípios em que o autor da emenda é da mesma coligação do prefeito são preferidos para o envio de recursos. As técnicas utilizadas foram: estatística descritiva, correlação linear de Pearson, regressão linear múltipla e teste qui-quadrado. Conclui-se que as emendas individuais alocadas em municípios explicam aproximadamente 22% dos votos obtidos pelos candidatos à reeleição, restando 78% da votação do parlamentar à investigação de outras variáveis que influenciem diretamente a estratégia política para o deputado obter sucesso eleitoral.

Palavras-chave: Emendas Individuais; Efeito Eleitoral; Deputados Federais.

ABSTRACT

The article deals with the strategic allocation of individual amendments to the Union budget and the electoral effect on the performance of federal representatives who served in the 54th legislature. It is argued that politicians already in office who are running for reelection direct the Union's budget resources conquered through individual amendments to succeed in their municipal votes. In these terms, the three hypotheses to be tested are that the higher the values of individual amendments approved for the municipality, the greater the parliamentary vote; the federal deputies approve their amendments in municipalities with a lower level of Municipal Human Development Index, since the electoral return on votes is larger; and the municipalities in which the author of the amendment is from the same coalition as the mayor are preferred for sending resources. The techniques used were descriptive statistics, Pearson's linear correlation, multiple linear regression and chi-square test. It is concluded that the individual amendments allocated in municipalities explain approximately 22% of the votes obtained by candidates for reelection, leaving 78% of the parliamentary vote to be investigated through other variables that directly influence the political strategy for the federal representatives to obtain electoral success.

Keywords: Individual Amendments; Electoral Effect; Federal Representatives.

INTRODUÇÃO

O cerne da análise do presente trabalho é entender como os políticos titulares de cargo eletivo direcionam os recursos orçamentários da União conquistados através de emendas individuais para lograr êxito em suas votações municipais, ou seja, como eles fazem uso estratégico das emendas individuais para aumentarem seus votos. No entanto, alguns analistas (AMORIM NETO e SANTOS, 2002) defendem que, no sistema institucional brasileiro, existem poderosas barreiras constitucionais e regimentais, que seriam os principais fatores impeditivos para a viabilização do alcance de retornos eleitorais por parte dos deputados.

O principal objetivo deste trabalho é investigar o modo como políticos, já detentores de cargos eletivos, utilizam emendas para conquistarem ou manterem votos em todo o Brasil. Em particular, estuda-se a alocação estratégica das emendas individuais ao orçamento da União e seu efeito eleitoral no desempenho dos deputados federais da 54^a legislatura da Câmara Federal. Nosso trabalho vai abordar o comportamento dos deputados que realizam emendas e são candidatos à reeleição que participaram da 54^a legislatura federal, incluindo os parlamentares que conseguiram se reeleger e aqueles que não tiveram sucesso na reeleição, considerando o desempenho eleitoral dos deputados federais em dois pleitos eleitorais subsequentes, as eleições de 2010 e de 2014.

Segundo a literatura, a participação individual do parlamentar no uso das emendas individuais é utilizada de forma que ele seja capaz de aumentar seu retorno eleitoral e, conseqüentemente, tenha aumento de seus votos no pleito eleitoral subsequente. Nas palavras de Ames, Pereira e Rennó (2011), o impacto das emendas individuais sobre o voto é um reflexo da estrutura social do local para onde elas são destinadas. O argumento central desses autores é o de que políticas do tipo *pork-barrel*¹ podem diminuir a situação de vulnerabilidade social, atraindo, assim, a atenção do eleitor local. Nesse sentido, alocar as emendas individuais em municípios com menor nível de Índice do Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) seria uma iniciativa dos parlamentares para aumentar o efeito eleitoral das suas emendas.

¹As políticas denominadas *pork-barrel* também são reconhecidas como políticas do tipo distributivista. Apresentam os seguintes elementos: 1) os benefícios são direcionados a um eleitorado geograficamente bem definido, pequeno o suficiente para que um parlamentar sozinho seja reconhecido como o seu benfeitor; 2) os benefícios são alocados de tal forma que o eleitorado acredite que o parlamentar teve responsabilidade direta nisso.

Além do fator de vulnerabilidade social dos municípios, outra variável apontada pela literatura como importante para a conquista de votos no município é o alinhamento entre o autor da emenda e o prefeito local, ou seja, se o partido do parlamentar autor da emenda pertence à coligação do prefeito vencedor nas eleições locais. Trabalhos recentes (BARONE, 2014; FIRPO, PONCZEK e SANFELICE, 2015) indicam a existência de coordenação intrapartidária entre prefeitos e deputados para a manifestação da reclamação de crédito pelas emendas individuais ao orçamento. Vale aprofundar até que ponto o aproveitamento político das emendas se torna mais fácil quando o deputado responsável pelos recursos pertence à base de apoio do prefeito local, sendo de partido integrante de uma mesma coligação.

Nosso intuito é contribuir com essas abordagens analisando o efeito das emendas executadas em todos os municípios em que os parlamentares concorreram à reeleição e obtiveram votação, com o fim de verificar o incremento do voto a partir do uso estratégico das emendas. A questão central que este trabalho coloca é: em que medida as emendas individuais são utilizadas para aumentar o desempenho eleitoral dos parlamentares candidatos à reeleição? Isto, considerando o nível de desenvolvimento socioeconômico dos municípios beneficiados e a vinculação político-partidária dos deputados com os prefeitos.

Nosso trabalho se diferencia das análises de autores como Ames (1995, 2003), Pereira e Rennó (2001, 2007) e Mesquita (2008), uma vez que esses autores abordaram em suas amostras somente aqueles parlamentares que tiveram êxito na reeleição. Nossa amostra, no entanto, inclui todos os candidatos à reeleição que participaram da 54^a legislatura federal. Nesse sentido, a escolha das variáveis e sua operacionalização pode levar a resultados diferentes daqueles já encontrados pela literatura. Um ponto fundamental sobre esses estudos que, sob diferentes enfoques, buscam explicar o efeito das emendas parlamentares sobre candidatura dos deputados é que a grande maioria dos autores examina apenas o impacto dos valores de emendas aprovadas ou liquidadas sobre as chances de reeleição dos deputados. As conclusões desses trabalhos se restringiram a apontar a existência de relação causal entre a variável explicativa, emenda aprovada/executada e a variável dependente, que é a reeleição. Portanto, ainda não foi explorado o efeito das emendas em todos os candidatos à reeleição, aqueles que conseguiram se reeleger e aqueles que não obtiveram êxito.

As hipóteses que norteiam esta análise são três: a primeira sustenta que (H1) “quanto maiores os valores de emendas individuais aprovadas para o município, maior a votação do parlamentar”. Com essa hipótese, busca-se averiguar o efeito eleitoral das

emendas nos municípios, fazendo uso de dados de legislatura ainda não estudada (54^a) e utilizando amostra mais robusta, visto que são incluídos todos os candidatos à reeleição e não somente aqueles que foram reeleitos. Visto que os eleitores levam em consideração a reputação pessoal do parlamentar na hora de escolher o voto (AMES, PEREIRA e RENNÓ, 2011) e que o *pork-barrel* é valorizado tanto por deputados quanto por eleitores, segundo pesquisas de opinião (LEMOS e RICCI, 2011), espera-se encontrar um efeito positivo significativo e relevante sobre o desempenho eleitoral dos candidatos à reeleição. Como o sistema político brasileiro é caracterizado por distritos grandes e muitos deputados competem por votos nos mesmos locais, é razoável supor que as emendas que sejam aprovadas para os municípios tenham eficácia eleitoral relevante, ou seja, espera-se que a aprovação das emendas individuais aumente a chance dos deputados federais de se reelegerem.

A segunda hipótese deste trabalho afirma que (H2) “os deputados federais aprovam suas emendas em municípios com menor nível de IDHM, pois o retorno eleitoral sobre os votos é maior”. Além da aprovação de recursos para os municípios, é importante verificar o impacto eleitoral das emendas individuais de acordo com os diferentes padrões de desenvolvimento socioeconômico de cada município, uma vez que, conforme Ames, Pereira e Rennó (2011), acredita-se que os municípios pobres (com baixo índice de IDHM) são as localidades onde será maior o efeito eleitoral das emendas aprovadas sobre os votos dos deputados.

Nossa terceira hipótese sustenta que (H3) “os municípios em que o autor da emenda é da mesma coligação do prefeito são preferidos para o envio de recursos”. Presumimos que os parlamentares preferem direcionar emendas para prefeituras em que seu partido participou da coligação vencedora das eleições municipais, o que permite consolidar e/ou selar alianças entre deputados e prefeitos. Se a hipótese 3 for verdadeira, deputados racionais e informados iriam priorizar as prefeituras dominadas pela coligação da qual seu partido faz parte.

O trabalho utiliza o banco de dados disponível no portal Siga Brasil² do site do Senado Federal, onde encontramos as emendas orçamentárias aprovadas, agrupadas por parlamentar, ano de aprovação, destinação das emendas, valor aprovado e tipo de política executada no período da 54^a legislatura federal (2011 a 2014). Para avaliar a

² Siga Brasil é um sistema de informações sobre o orçamento público do Senado Federal que permite acesso amplo e facilitado ao Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi). O Siafi é o principal instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal. Link para acesso ao Siga Brasil: <https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil>.

votação dos deputados nos municípios, utilizaremos o banco de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) relativo à eleição de 2014 e, ainda, utilizaremos os dados socioeconômicos coletados no Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil. A população alvo da pesquisa foi constituída por todos os deputados eleitos em 2010 que tiveram ao menos uma emenda aprovada no município e que disputaram a eleição para o mesmo cargo em 2014.

É importante realçar que a Lei Orçamentária Anual (LOA) é elaborada e aprovada um ano antes de sua execução. Desse modo, o montante orçamentário de 2011 começou a ser planejado em 2010 pelos parlamentares que foram eleitos em 2006, de forma que os deputados eleitos em 2010 somente iniciaram suas atividades legislativas em 2011 e, nessa linha histórica, serão responsáveis por planejar o orçamento de 2012. Portanto, não foram contabilizadas as emendas do ano 2015, pois estas foram executadas em período posterior às eleições gerais de 2014; logo, não poderiam ser utilizadas para explicar o voto durante esse pleito eleitoral. Nessa perspectiva, foram explorados apenas os dados orçamentários dos anos de 2012, 2013 e 2014.

Inicialmente verificamos se existe relação entre o valor das emendas e os votos recebidos nos municípios para onde a emenda foi direcionada pelos deputados federais que participaram da 54^a legislatura da Câmara dos Deputados. Utilizamos o método inferencial de Pearson (r), para mensurar o grau de associação entre as duas variáveis distintas e afirmar se a correlação entre elas é positiva ou negativa, para, em seguida, testarmos nossa hipótese de que as emendas individuais aumentam o efeito eleitoral na votação dos parlamentares.

Posteriormente, analisamos os municípios de acordo com os diferentes padrões de desenvolvimento socioeconômico onde as emendas foram aprovadas entre as eleições de 2010 e 2014, com a finalidade de testar a hipótese de que quanto menor o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da localidade, mais emendas são destinadas com a intenção de aumentar o efeito da emenda sobre o voto.

Utilizamos o teste de correlação de Pearson, antecedido pela apresentação de estatística descritiva, teste qui-quadrado e regressões múltiplas para testar a hipótese central da pesquisa. A amostra é composta por todos os deputados federais que aprovaram emendas durante a 54^a legislatura (2011–2014) e que tentaram a reeleição no pleito eleitoral subsequente.

Em suma, avaliamos (1) se a aprovação das emendas individuais contribui para os deputados federais se reelegerem; (2) se os municípios pobres são as localidades onde

será maior o efeito eleitoral das emendas aprovadas sobre os votos dos deputados; e (3) se as emendas aprovadas nos municípios em que o deputado é da mesma coligação do prefeito são as preferidas pelos parlamentares.

AS DESCOBERTAS RECENTES SOBRE O EFEITO ELEITORAL DAS EMENDAS SOBRE O VOTO: QUESTÕES AINDA EM ABERTO

O primeiro trabalho que mais avançou metodologicamente na análise sobre o efeito das emendas individuais no voto foi o de Sanfelice (2010), que realizou regressões com dados em painel utilizando diferentes especificações de efeito fixo em cinco eleições: 1994, 1998, 2002, 2006 e 2010. A autora observa que as emendas têm efeito positivo no voto em quase todos os modelos empregados, porém, quando controlou o efeito fixo do par deputado-município, o efeito das emendas sobre o voto desapareceu.

De acordo com Sanfelice (2010, p. 41), “[...] verifica-se que o total de recursos repassados ao eleitorado pelo deputado não tem influência na votação obtida por este”, o que a leva a afirmar que talvez o fator mais importante para o resultado eleitoral não sejam os benefícios públicos concedidos numa legislatura, mas, sim, a relação estabelecida com o município em longo prazo. As emendas teriam somente a função de construir essa relação de longo prazo com o município e não de angariar votos na eleição imediatamente seguinte à execução dos recursos.

O trabalho de Lago e Rotta (2014) avança significativamente na discussão sobre o efeito das emendas no voto, partindo da constatação de que os trabalhos³ sobre o tema se limitaram a analisar o impacto das emendas sobre a reeleição dos deputados apenas nos municípios onde os parlamentares obtiveram maior votação, deixando de lado outros municípios onde o parlamentar obteve votação expressiva sem, necessariamente, ter executado alguma emenda.

³ Os autores avaliaram especialmente o trabalho de Pereira e Rennó (2001): “Pereira e Rennó tomam, para analisar o impacto das emendas sobre as chances de reeleição, apenas as emendas destinadas pelos parlamentares aos municípios onde obtiveram maior votação. E apenas investigam se há correlação entre destinar emendas a estes municípios e a incidência de reeleição. Não investigam, aponta a autora, nem se a reeleição foi conseguida por causa dessas emendas, nem se elas foram capazes de aumentar seus votos naqueles municípios mais do que nos outros que não receberam emendas, ou que as receberam mesmo não estando entre os que são de maior importância para o deputado. Ou seja, embora eles possam afirmar que deputados que destinam emendas para os municípios onde foram mais votados aumentam suas chances de reeleição, suas análises não permitem concluir, de forma categórica, que foi por causa de tais emendas que se reelegeram” (LAGO e ROTTA, 2014, p. 143).

Para medir a capacidade que as emendas possuem ou não de ampliar a votação do parlamentar nos municípios para os quais transfere recursos via emendas orçamentárias, os autores aplicaram o modelo “razão de chance”, ou *odds ratio*, que é a razão entre as chances de um dado evento ocorrer entre dois grupos distintos. Esse modelo é muito comum em pesquisas nas ciências da saúde, e os autores o adaptaram para medir a relação entre duas votações de um mesmo candidato por município, dividindo-os entre os que receberam recursos de suas emendas e os que não receberam, identificando padrões distintos de variação entre as duas votações e permitindo estabelecer relações entre tal variação e a alocação de recursos.

Ao analisar o impacto da distribuição de emendas individuais ao orçamento dos deputados federais do sul do Brasil, os autores observaram que a destinação de recursos através das emendas orçamentárias não é suficiente para ampliar as chances de o deputado obter mais votos entre os eleitores dos municípios que as receberam. Comparando municípios que receberam e que não receberam emendas, o impacto positivo das emendas é maior nos primeiros, especialmente se os recursos forem transferidos nos dois últimos anos de mandato. Desta maneira, as emendas individuais são apenas uma das estratégias utilizadas pelos parlamentares na busca de ganhos eleitorais; seu peso não é suficiente para garantir sucesso eleitoral.

A hipótese distributivista, segundo a qual as emendas orçamentárias estão entre os principais recursos dos quais se utilizam os deputados para manter redutos eleitorais, continua a ser testada. Baião (2016) apresenta três principais achados em seu trabalho, o primeiro conclui que as emendas destinadas às prefeituras em que o prefeito pertence ao mesmo partido do parlamentar possuem um efeito maior do que nos demais tipos de emendas, apesar desse efeito não permitir afirmar que esses recursos sejam fundamentais para a reeleição do deputado⁴.

A segunda contribuição do trabalho foi a identificação de que a conexão eleitoral entre parlamentar e seus eleitores, promovida por meio das emendas, não é direta, ou seja, é necessária a intermediação do prefeito junto os eleitores, que atua como uma

⁴ A análise do autor mostra que o estímulo ao voto pessoal não é suficiente para afirmar que as políticas de *pork-barrel* são obrigatórias para a sobrevivência política do parlamentar. Entretanto, em alguns dos modelos empíricos testados pelo autor, a vantagem obtida não seria desprezível e poderia auxiliar o deputado a conquistar posições dentro da lista de sua coligação. Para Baião (2016), o parlamentar tem dificuldade de reclamar o crédito de suas emendas no Brasil porque os distritos eleitorais têm magnitude alta e permitem que vários deputados disputem votos nos mesmos locais. Logo, há razões para supor que a relação entre eleitores e deputados não seja direta, mas mediada pelo prefeito.

espécie de *broker* político⁵. Essa intermediação é fundamental para o deputado, porque vários parlamentares concorrem por votos nos mesmos locais, e, conseqüentemente, o eleitor tem dificuldade de identificar o real benfeitor por trás dos benefícios gerados pelas emendas⁶. Por último, esse autor aponta que o partido facilita a articulação entre deputado e prefeito no contexto das emendas, argumento que contraria a literatura que afirma que os partidos são fracos na arena eleitoral. Para Baião (2016), as organizações partidárias têm sido capazes tanto de mediar as alianças entre políticos de diferentes esferas, quanto de possibilitar ações de apoio mútuo na arena eleitoral.

Outro trabalho recente é o de Bonfim (2017), que analisou a relação entre execução de emendas individuais e voto nos municípios brasileiros, testando a hipótese de que o impacto das emendas sobre o voto é maior em localidades com baixo IDHM. Chegou à conclusão de que a porcentagem de emendas executadas sobre o total de municípios beneficiados diminui na medida em que o IDHM aumenta, identificando que os eleitores recompensam mais os deputados federais que executam emendas em municípios com desenvolvimento socioeconômico médio e baixo⁷.

Todas as conclusões retiradas pelos analistas nos levam a crer que o impacto eleitoral das emendas orçamentárias sobre os votos dos parlamentares ainda não é uma questão resolvida. No entanto, é possível observar que, apesar das divergências em relação ao impacto das emendas individuais sobre o voto e se esse impacto é fundamental para o parlamentar obter sucesso na sua reeleição, os estudos indicam que a emenda individual é uma ferramenta nada desprezível, pois o parlamentar pode utilizá-la como estratégia de ampliação de votos. A diferença que existe entre esses

⁵ Para o autor, *broker* político é quem reclama o crédito pelo dinheiro enviado às prefeituras através das emendas. Nesse caso, são os prefeitos que compartilham da mesma sigla partidária do deputado responsável pela emenda.

⁶ Para Lancaster (1986), essa é uma situação que deveria inviabilizar a existência de *pork-barrel*, mas, no Brasil, o apoio do prefeito contorna esse problema, ainda que parcialmente. Além do mais, o Estado brasileiro é organizado de forma bastante descentralizada, e os municípios são entes federativos autônomos que receberam amplos recursos e responsabilidades após a Constituição Federal de 1988. Desta forma, o prefeito é um *broker* natural para os deputados que pretendem penetrar sua influência no âmbito local. Caso não tenha esse apoio, resta ao deputado enfrentar a difícil tarefa de informar os eleitores de que o benefício criado por suas emendas foi gerado por mérito dele e não pela ação do governo federal, dos políticos locais ou de outros parlamentares rivais (BAIÃO, 2016). Baião separou as emendas em função da natureza do gasto, separando os recursos entre aqueles executados pelas prefeituras, governos estaduais, ONGs e pela União, no intuito de identificar quem reclama o crédito das emendas individuais para os deputados.

⁷ O autor afirma que a execução de emendas individuais não é suficiente para explicar os votos dos deputados federais brasileiros, pois em seus testes estatísticos não encontrou variação na média de votos entre as duas eleições analisadas (2006 e 2010). A única variável explicativa que obteve índice de significância foi o IDHM. No entanto, essa variável, sozinha, não foi suficiente para explicar o aumento dos votos dos deputados federais brasileiros.

trabalhos é o grau de relevância dado às emendas de um autor para outro, em relação à afirmação de que esses recursos são fundamentais para a reeleição do deputado.

Dito de outra forma, nenhum desses estudos empíricos recentes afirmam a magnitude do efeito eleitoral das emendas numa escala elevada para garantir que o parlamentar consiga a reeleição. Por outro lado, nenhum deles chega à conclusão de que as emendas não são importantes para os deputados federais. Desta forma, este trabalho tratará as emendas individuais enquanto uma variável eficaz na ampliação dos votos dos deputados.

O USO ESTRATÉGICO DAS EMENDAS PELOS DEPUTADOS NA 54ª LEGISLATURA

Antes de identificar a amostra utilizada nesta análise, vale a pena refletir sobre os motivos que levam a maioria dos deputados federais a não concorrerem a outros cargos eletivos, que, segundo a literatura, são fundamentalmente considerações sobre riscos e recursos.

Segundo Leoni, Pereira e Rennó (2003), ocupar uma cadeira no legislativo federal tem se tornado cada vez mais atraente devido aos riscos relacionados à disputa por outros cargos. A maioria absoluta dos políticos que detêm uma posição poderosa na Câmara prefere permanecer nessa casa. Segundo esse autor, os parlamentares que preferem permanecer na Câmara são igualmente bem-sucedidos na implementação de emendas orçamentárias e na presidência de comissões permanentes e, ainda, não são candidatos mais vulneráveis do que aqueles que concorrem a cargos mais altos, como senador, governador ou vice-governador.

Pereira e Rennó (2001) apontam o acesso a recursos eleitorais controlados pelo Poder Executivo, tais como as emendas individuais, como outro motivo para os parlamentares buscarem a reeleição em detrimento de outros cargos eletivos. As posições de destaque dentro da estrutura de liderança do partido aumentam a visibilidade externa do parlamentar, o que, junto ao seu acesso a recursos, potencializa as chances de vitória dos deputados que tentam a renovação do mandato.

Conforme a Tabela 1, podemos observar que, na 54ª legislatura, os deputados federais brasileiros que aprovaram emendas direcionadas a municípios optaram por disputar diferentes cargos, em diferentes níveis de governo, na eleição subsequente. Dentre os 513 deputados federais, 391, ou 76,22% da composição da Câmara, concorreram à

reeleição. Podemos observar que a grande maioria buscou a recondução para a Câmara dos Deputados. Para chegarmos ao número exato de parlamentares a serem analisados em nossa pesquisa, filtramos em nossa base de dados todos os deputados federais, eleitos e suplentes entre 2011 a 2014, que foram candidatos à reeleição nas eleições de 2014 (candidatos reeleitos e não reeleitos) e executaram ao menos uma emenda individual em algum município durante o período de 2012 a 2014.

Tabela 1. Carreira política dos deputados após o exercício do mandato (2011–2014)

Cargo	Percentual de candidatos
Deputado Federal	76,22
Não concorreu a cargos eletivos ⁸	8,77
Senador	4,09
Deputado Estadual	3,70
Governador	1,95
Vice-Governador	4,09
Suplente de Senador	1,17
Vice-Presidente da República	0,0
Total	100

Fonte: Diap (adaptado)⁹.

Na Tabela 2, identificamos 391 parlamentares entre titulares e suplentes que se candidataram à reeleição para deputado federal em 2014; desses, apenas 365 deputados constituem a amostra analisada, pois excluímos aqueles que não tiveram emendas aprovadas/executadas em municípios no período de 2012 a 2014, ou seja, que destinaram todas suas emendas para os estados ou para esfera nacional.

Tabela 2. Deputados executantes de emendas em municípios e candidatos à reeleição no pleito de 2014

Situação	Nº Casos	%
Titular	333	91,2
Suplente	32	8,8
Total	365	100

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Siga Brasil (BRASIL, 2022) e TSE (BRASIL, [2022]).

Podemos verificar na Tabela 3, abaixo, que, no resultado da eleição de 2014, para os componentes de nossa amostra, 27% dos deputados não conseguiram se reeleger, e 73% conquistaram novamente uma cadeira na Câmara. Isso reforça a relevância de se realizar um esforço de avaliar porque os parlamentares brasileiros valorizam sua participação no orçamento com a intenção de obter ganhos eleitorais.

⁸ Este grupo é dividido entre os parlamentares que optaram por não concorrer a nenhum cargo, os que faleceram e os que sofreram processo de cassação.

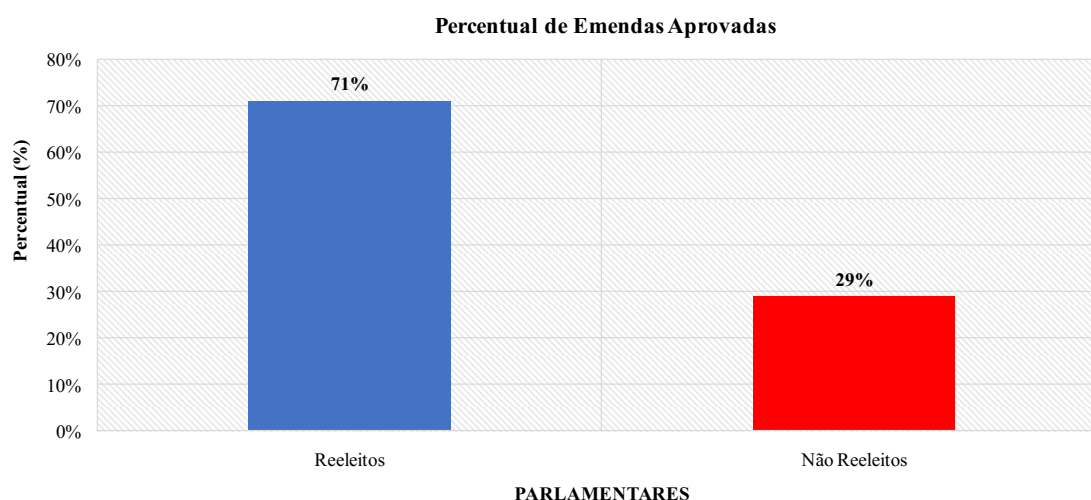
⁹ DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR (DIAP). Dos 513 deputados federais, 391 concorrem à reeleição. *Portal do Diap*, 18 jul. 2014. (Publicação não mais disponível no portal).

Tabela 3. Deputados reeleitos e não reeleitos em 2014 executantes de emendas em municípios (2012-2014)

Condição	Situação		Total
	Reeleitos	Não Reeleitos	
Titular	75%	25%	100%
Suplente	47%	53%	100%
Total	73%	27%	100%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Siga Brasil (BRASIL, 2022) e TSE (BRASIL, [2022]).

De todos os valores de emendas individuais destinadas para os municípios brasileiros na legislatura estudada, 71% foram enviadas por parlamentares que conseguiram atingir seu objetivo de reeleição, e 29% por candidatos que não conseguiram conquistar novamente uma cadeira na Câmara de Deputados, conforme consta no Gráfico 1.

Gráfico 1. Emendas aprovadas por grupo de parlamentares na 54^a legislatura

Fonte: Elaboração própria com base no site do TSE (BRASIL, [2022]) e Siga Brasil (BRASIL, 2022).

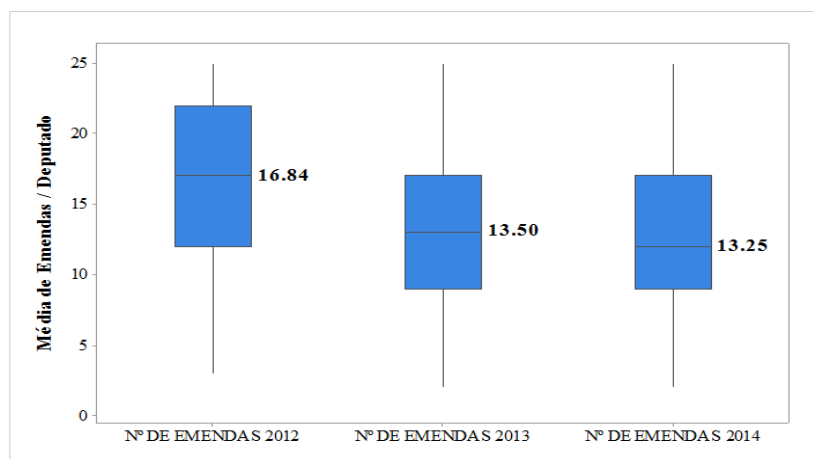
A Tabela 4 mostra que mais de 90% dos deputados que constituem o universo de análise fizeram uso das emendas nos três anos analisados (2012, 2013 e 2014). Isso mostra que os parlamentares valorizam sua participação no orçamento, fato já observado por Mesquita (2008).

Tabela 4. Número de parlamentares que apresentaram emendas ao orçamento da União (2012–2014)

Ano	Universo	Titulares	Suplentes	Total de Emendantes
2012	365	321	19	340 (93%)
2013	365	325	12	337 (92%)
2014	365	330	23	353 (97%)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Siga Brasil (BRASIL, 2022).

A cada ano, 513 parlamentares estiveram exercendo o cargo, e, durante esse período, cada parlamentar pode apresentar até 25 emendas por ano, cujo valor máximo foi de 15 milhões¹⁰. O Gráfico 2¹¹ mostra que a média de emendas apresentadas por ano pelos parlamentares candidatos à reeleição caiu do primeiro para o segundo ano analisado, porém se manteve praticamente estável no último ano.

Gráfico 2. Distribuição média do número de emendas apresentadas por deputado por ano

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Siga Brasil (BRASIL, 2022).

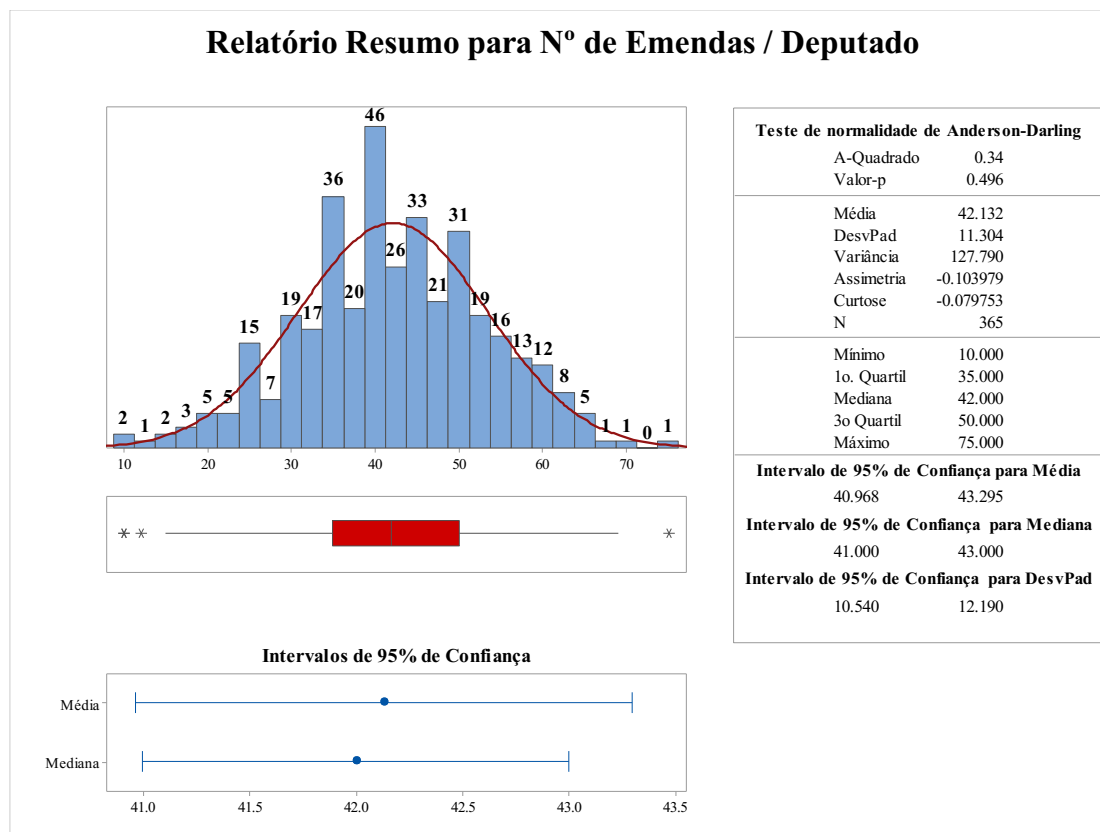
Durante o período analisado, o parlamentar poderia aprovar a quantidade máxima de 75 emendas, ou seja, até 25 emendas por ano no exercício do mandato. No Gráfico 3, apresentamos um resumo da distribuição das emendas individuais entre os parlamentares durante a 54^a legislatura, onde podemos observar a variação ao longo do período analisado. O número de emendas aprovadas pelos deputados variou de 10 a 75, com média de 42 emendas. 75% dos deputados aprovaram até 49 emendas, e somente 25% aprovaram entre 50 a 75 emendas, grupo este considerado excepcional. Não houve variação substancial entre a média e a mediana, e a distribuição dos dados apresentou um nível de significância de $p\text{-valor} > 0,05$, indicando que os dados

¹⁰ Em valores atualizados para janeiro de 2019, os 15 milhões representam 22,4 milhões em 2012, 20,7 milhões em 2013 e 19,7 milhões em 2014.

¹¹ O Bloxplot é necessário pela alta variabilidade dos dados em nossa base e para avaliar a existência de *outliers* (valores extremamente altos ou baixos), valores estes que são muito afastados da grande maioria dos dados.

seguem uma distribuição normal. Os dados descritivos analisados até o presente momento constataram que as emendas individuais valorizam a atuação do parlamentar, pois, de fato, os parlamentares se empenham em participar da execução orçamentária e financeira da União.

Gráfico 3. Distribuição média do número de emendas apresentadas por deputado durante a 54^a legislatura



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Siga Brasil (BRASIL, 2022).

O EFEITO ELEITORAL DAS EMENDAS NO DESEMPENHO DO PARLAMENTAR

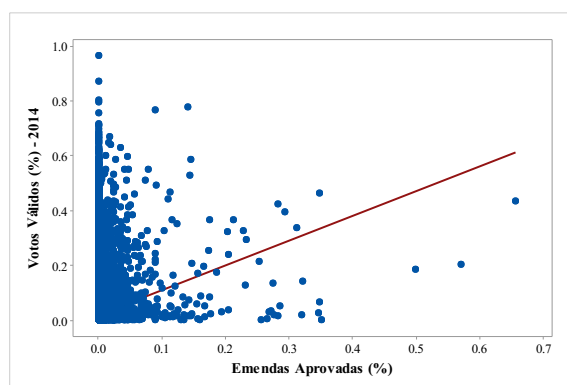
No intuito de testar o efeito eleitoral das emendas no desempenho do parlamentar, foram avaliadas as emendas parlamentares ao orçamento federal apresentadas no interior da 54^a legislatura (2012, 2013 e 2014). Inicialmente, verificamos se existe relação entre o valor das emendas e os votos recebidos nos municípios para onde a emenda foi direcionada pelos deputados federais que participaram da 54^a legislatura da Câmara dos Deputados.

Para verificarmos se há diferenças de associação de emendas e votos entre aqueles parlamentares que obtiveram êxito na sua reeleição e os que falharam, dividimos

nossa amostra em dois grupos: de candidatos reeleitos e não reeleitos. Nosso estudo classificou esta associação em três tipos principais: (i) entre 0,00 a 0,30 – a associação entre emendas e votação do deputado no município é fraca; (ii) entre 0,31 a 0,60 – a associação entre emendas e votação do deputado no município é moderada; (iii) entre 0,61 a 0,99 – a associação entre emendas e votação do deputado no município é forte.

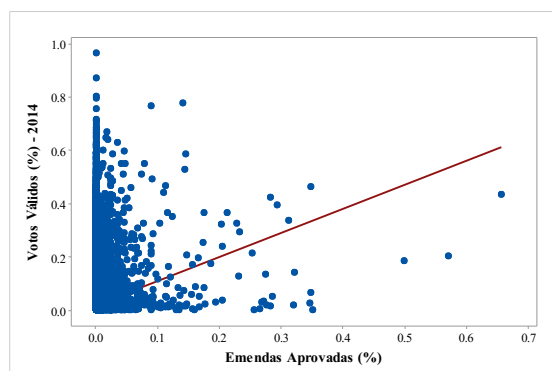
O resultado encontrado em nosso estudo é de $r = 0,485$ para os parlamentares reeleitos e $r = 0,513$ para os parlamentares não reeleitos. Isto quer dizer que possui uma correlação moderada e positiva nos dois grupos entre as variáveis *valores de emendas aprovadas* (x_i), representada no eixo horizontal, e *volume de votos* (y_i) no eixo vertical. Destacamos, ainda, que a correlação entre emenda e voto é suavemente superior entre os não reeleitos. Os Gráficos 4 e 5 mostram o diagrama de dispersão dos dois grupos de candidatos.

Gráfico 4. Relação entre emenda e voto dos candidatos reeleitos



Fonte: Elaboração própria com dados do TSE (BRASIL, [2022]) e Siga Brasil (BRASIL, 2022)

Gráfico 5. Relação entre emenda e voto dos candidatos não reeleitos



Fonte: Elaboração própria com dados do TSE (BRASIL, [2022]) e Siga Brasil (BRASIL, 2022).

Os gráficos acima confirmam a existência de um relacionamento linear e positivo entre as variáveis, porém essa correlação é dada de forma moderada para reeleitos e não reeleitos. A correlação entre os valores de emendas aprovadas e o volume de votos obtidos pelo parlamentar reflete a influência que as emendas possuem no resultado eleitoral do parlamentar; ou seja, garantir ao seu eleitorado recursos para a efetivação de políticas é uma importante estratégia eleitoral.

Esperávamos que a correlação no grupo de reeleitos fosse superior à dos não reeleitos, mas o fato de um candidato não conseguir se reeleger não tira o mérito das emendas como estratégia eleitoral exitosa. Outras variáveis explicativas, que não estão no nosso modelo, podem interferir nos resultados eleitorais dos candidatos, tais como o número de legislaturas anteriores em que o parlamentar teve mandato no Congresso Nacional, o pertencimento ao partido do presidente no período da eleição e os recursos de campanha que, por exemplo, podem determinar a reeleição do candidato.

Constatada a correlação positiva entre as variáveis, o próximo passo é encontrar a melhor equação que representa esses dados. Para isso, utilizamos a análise de regressão linear múltipla, técnica da estatística multivariada, cuja função consiste em relacionar uma variável dependente com um conjunto de condicionantes de outras variáveis independentes. O modelo elaborado para calcular essa relação é representado pela seguinte equação:

$$\text{Volume de Votos} = \alpha + \beta_1 (\text{Valor de Emendas}) + \beta_2 (\text{Reeleição}) + \beta_3 (\text{Mesmo Partido do Prefeito})$$

O volume de votos representa a variável explicada, que no nosso estudo é o total de votos obtidos pelos deputados federais nos municípios onde as emendas foram aprovadas entre as eleições de 2010 e 2014. O valor de emendas é a variável explicativa, que no nosso estudo são os valores das emendas aprovadas pelo deputado federal no município. A reeleição é variável *dummy*, igual a um se o deputado foi reeleito nas eleições de 2014, e zero, caso contrário. O mesmo partido do prefeito é variável *dummy*, igual a um se o partido do deputado é o mesmo do prefeito do município no período em que o parlamentar destinou as emendas, e zero, caso contrário.

Na regressão múltipla acima, a variável explicativa *emenda* interage com outras variáveis que influenciam a eleição do parlamentar. A intenção é analisar se o efeito das emendas aprovadas varia conforme características do parlamentar, se ele foi reeleito ou não, e características da destinação do recurso das emendas, se foi para

um município copartidário ou não. A Tabela 5 mostra que o valor de emendas aprovadas no município é positivo e estatisticamente significativo para explicar votos.

Tabela 5. Estimação do impacto das emendas sobre os votos dos parlamentares

Modelo	R	R ²	R ² Ajustado	Erro padrão da estimativa	
1	0,470	0,221	0,221	1997,825	

	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados Beta	T	Sig.
	B	Erro Padrão			
(Constante) Emendas	47,669	11,007		4,331	0,000
	0,003	0,000	0,468	198,101	0,000
Reeleição	195,281	12,507	0,037	15,614	0,000
Partido Prefeito	86,928	17,658	0,012	4,923	0,000

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE (BRASIL, [2022]) e Siga Brasil (BRASIL, 2022).

O valor do *Beta* padronizado indica, no entanto, que a relação entre a variável *emendas* e a *média de votos* é relevante e positiva ($\beta = 0,468$; $t = 198,101$; $p < 0,005$), ou seja, as emendas aprovadas pelos deputados possuem um impacto maior na média dos votos desses parlamentares. Nesse sentido, é importante ressaltar que a variável *emendas* é relevante para compreender o aumento dos votos pelos deputados federais.

Quando se trata da variável *reeleição*, nota-se uma influência significativa na quantidade de votos também ($\beta = 0,037$; $t = 15,614$; $p < 0,005$). Isso reforça que as emendas individuais possuem um impacto maior nos votos recebidos pelos parlamentares que conseguiram êxito em sua reeleição. Com relação à variável *partido do prefeito*, a análise mostra que houve um efeito positivo e significativo ($\beta = 0,012$; $t = 4,923$; $p < 0,005$), indicando que os deputados enviam maior valor de emendas para municípios controlados por seu partido. Esses resultados reforçam a ideia de que as emendas aprovadas para prefeituras copartidárias são mais efetivas para a obtenção de votos, por esse motivo os parlamentares preferem enviar esses recursos para prefeituras dominadas pelo seu partido.

Os resultados do modelo de previsão confirmam nossa hipótese de que a variação dos votos dos deputados federais aumenta conforme a aprovação de emendas, e que o envio de recursos a prefeituras copartidárias exerce influência no incremento de votos para o parlamentar. Os dados apontam que as emendas, reeleição e partido do prefeito estão relacionados com os votos obtidos pelos parlamentares, o nosso valor do R^2 ajustado (0,221) indica que o conjunto dessas variáveis explica aproximadamente 22% da votação. Porém, torna-se necessário, para compreender os restantes 78% da votação do parlamentar, a investigação de outras variáveis que

influenciem diretamente a estratégia política para o deputado obter sucesso eleitoral, como pertencimento ao partido do governador/presidente, competição intrapartidária, força eleitoral anterior do parlamentar, dentre outras.

Desta forma, parece adequado atestar que o argumento distributivista funciona nessa legislatura para os parlamentares brasileiros. A literatura afirma que recursos provenientes das emendas individuais têm impacto sobre a reeleição dos parlamentares; nossos resultados confirmam, pelo menos em parte, esses argumentos e conclusões, principalmente do trabalho de Ames (1995, 2003), que chegou à conclusão de que a quantidade de votos que os parlamentares receberam em 1986 tem impacto não só sobre a conquista de votos nas eleições seguintes, mas, também, sobre o sucesso eleitoral do parlamentar que tentou a reeleição.

Conforme demonstra Sanfelice (2010), a entrada de novos competidores, a conjuntura econômica e política, características partidárias e a mudança na relação entre os candidatos e os eleitores, entre outros fatores, determinam o resultado final propriamente, que é ser eleito ou não.

Apesar de a emenda individual ser uma ferramenta importante para captar votos, essa gama de fatores pode se sobrepor ao efeito eleitoral das emendas. Além do mais, a autora afirma que as características pessoais do candidato são fatores importantes para a determinação dos votos do parlamentar, e essa importância pode ser considerada um reflexo do sistema eleitoral brasileiro de lista aberta.

AS EMENDAS E O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Para testarmos nossa segunda hipótese, de que os parlamentares preferem os municípios mais pobres para conseguirem um retorno eleitoral mais elevado, uma vez que esses municípios dependeriam mais de políticas distributivistas (BONFIM, 2017), utilizaremos os dados socioeconômicos referentes aos municípios onde as emendas foram aprovadas, extraídos do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013). O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é um valor que varia de 0 a 1, e quanto mais próximo de 1, maior é o desenvolvimento humano da localidade. Aplicamos os dados referentes ao ano de 2010. O Quadro 1 apresenta as faixas de desenvolvimento dos municípios brasileiros.

Quadro 1. Faixas de desenvolvimento humano municipal (IDHM) no Brasil

Faixa de IDHM	Nível de Desenvolvimento Humano
0-0,499	Muito Baixo
0,500-0,599	Baixo
0,600-0,699	Médio
0,700-0,799	Alto
0,800-1,00	Muito Alto

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).

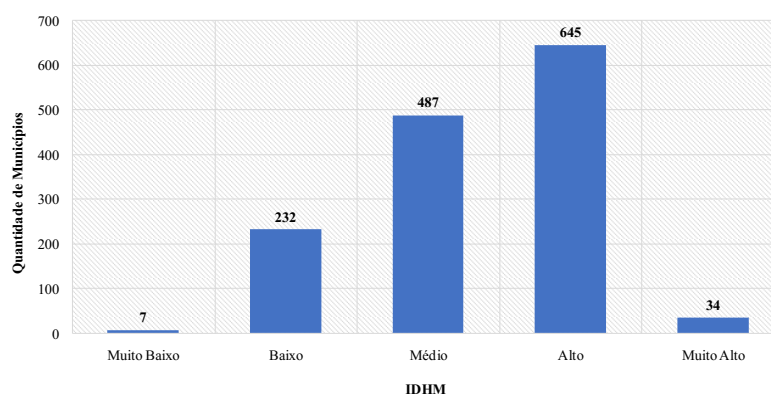
A Tabela 6 mostra a representação das emendas aprovadas nos municípios brasileiros, a partir do IDHM. Observa-se que a maioria das emendas foi aprovada em localidades que possuem o IDHM alto e muito alto. Em torno de 66% dessas emendas foram aprovadas nesses municípios.

Tabela 6. Emendas aprovadas nos municípios por grupos de IDHM (2012-2014)

Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios	% de Emendas Aprovadas
Muito Alto	9,82%
Alto	56,53%
Médio	24,78%
Baixo	8,74%
Muito Baixo	0,13%
Total Geral	100%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Siga Brasil (BRASIL, 2022) e do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).

Entretanto, quando verificamos no Gráfico 6 a quantidade de municípios beneficiados não considerando o número de emendas aprovadas por município, o cenário é um pouco diferente.

Gráfico 6. Distribuição das emendas aprovadas considerando o total de municípios beneficiados e IDHM (2012-2014)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Siga Brasil (BRASIL, 2022) e do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).

Os municípios com IDHM muito baixo, baixo e médio beneficiados com emendas foram numericamente superiores aos municípios com IDHM alto e muito alto. As emendas beneficiaram 726 municípios com IDHM muito baixo, baixo e médio. Já na faixa dos municípios com IDHM alto e muito alto, foram contemplados 679 municípios. Apesar de os parlamentares terem destinado mais emendas em termos de quantidade, elas atingem um menor número de municípios. Localidades com IDHM muito baixo, baixo e médio possuem aproximadamente 34% de todas as emendas, porém alcançam maior número de municípios, pois elas possuem um caráter mais disperso.

Quando analisamos os dados de forma mais detalhada, percebemos que o baixo grau de dispersão das emendas aprovadas em localidades com IDHM muito alto e alto explica-se pelo fato de que grande parte dessas emendas se concentra em regiões metropolitanas e em grandes capitais. Em torno de 61% dessas emendas foram executadas em grandes centros urbanos.

Para testar nossa segunda hipótese de pesquisa, na Tabela 7 mostramos que não há um resultado estatisticamente significativo, não existe uma associação entre essas duas variáveis, existindo independência entre o número de emendas aprovadas e o IDHM dos municípios beneficiados com as emendas. Como o resultado da estatística foi $p\text{-valor} > 0,05$, não rejeitamos a hipótese nula, ou seja, não há evidências estatísticas da associação entre a variável *número de emendas aprovadas* e *IDHM*.

Tabela 7. Teste qui-quadrado

	Valor	gl	Sig.
Qui- Quadrado de Person	3,966	2	0,138
Razões de verossimilhança	3,948	2	0,139
N. de casos válidos	5517		

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE (BRASIL, [2022]) e Siga Brasil (BRASIL, 2022).

Para os objetivos deste trabalho, a relação apontada não oferece grandes explicações sobre a preferência dos parlamentares por destinar suas emendas a municípios pobres, pois a análise da distribuição de nossa amostra aponta a inexistência de predomínio dos municípios com menores índices de IDHM.

Percebemos que os municípios com IDHM alto e muito alto foram predominantes para o envio dos recursos pelos parlamentares, ou seja, pelo menos para a nossa amostra, não houve a confirmação de que os eleitores recompensam mais os deputados federais que aprovaram emendas em localidades com desenvolvimento socioeconômico baixo ou muito baixo. Mas porque os parlamentares não priorizaram

municípios pobres já que, como afirma Bonfim (2017), os eleitores votariam mais em parlamentares que executam emendas em municípios com desenvolvimento socioeconômico médio e baixo?

Uma explicação para isso é que parlamentares apresentam votação dispersa no distrito eleitoral, ou seja, terão muitos municípios para retribuir o apoio nas urnas, o que nos leva a inferir que os parlamentares utilizaram como estratégia pulverizar os recursos de emendas entre um maior número de cidades com diferentes índices de desenvolvimento socioeconômico. Logo, não é possível confirmar nossa hipótese de que os deputados federais aprovam suas emendas em municípios com menor nível de IDHM.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando testamos a existência de uma relação linear entre emendas individuais e votos para os dois grupos de parlamentares componentes de nossa amostra, tivemos um resultado positivo e estatisticamente significativo tanto para o grupo de parlamentares reeleitos quanto para os não reeleitos. Após constatada essa relação linear entre os dois grupos, partimos para o modelo de regressão múltipla, no qual confirmamos que quanto maior os valores de emendas individuais aprovadas para o município, maior a votação do parlamentar. Em nosso modelo de análise, o valor do *Beta* padronizado indicou que a relação entre a variável *emendas individuais aprovadas* e a *média de votos* é relevante e positiva, ou seja, esses recursos são importantes para a reeleição do deputado; contudo, não são os únicos capazes de obter benefícios eleitorais.

Os resultados dessa primeira hipótese estão alinhados com a literatura que considera que as emendas individuais são elementos centrais para o bom desempenho dos deputados federais no Brasil, e, sem dúvida, são uma ferramenta importante para a reeleição dos parlamentares. Isso não significa que somente as emendas explicam a reeleição; uma série de características dos parlamentares e da conjuntura política local deve ser levada em consideração, como, por exemplo, as estratégias de campanha do candidato, o financiamento obtido por ele, a ocupação do candidato em cargos anteriores, entre outros. Todas essas características são necessárias para a explicação do fenômeno do bom desempenho na reeleição do parlamentar.

Em nossos testes estatísticos, o modelo aponta que as *emendas*, *reeleição* e *partido do prefeito* estão relacionados com os votos obtidos pelos parlamentares; o nosso valor

do R^2 ajustado (0,221) indica que o conjunto dessas variáveis explica aproximadamente 22% da votação. Porém, torna-se necessário, para compreender os restantes 78% da votação do parlamentar, a investigação de outras variáveis que influenciem diretamente a estratégia política para o deputado obter sucesso eleitoral. Nossos achados nessa primeira hipótese se aproximam daqueles encontrados por Ames (1995, 2003) e Pereira e Rennó (2001, 2007).

Ao realizar os testes da segunda hipótese desta pesquisa, observou-se que a aprovação das emendas individuais não é realizada preferencialmente em municípios com menor nível de IDHM, e, conseqüentemente, o retorno eleitoral sobre os votos dos deputados federais nesses municípios não é superior aos municípios com IDHM mais elevado. Como nosso p-valor foi maior que 0,05, não rejeitamos a hipótese nula, ou seja, nosso teste estatístico não encontrou associação entre o número de emendas aprovadas e o IDHM.

Nossos resultados estão na contramão da visão comumente empregada de que parlamentares buscariam os municípios mais pobres porque nestes o retorno eleitoral seria mais fácil de ser captado. Quem representa bem essa vertente é Bonfim (2017), visto que o autor afirma que os eleitores recompensam mais os deputados federais que executam emendas em localidades com desenvolvimento socioeconômico médio e baixo. Comparar a média dos votos dos deputados que aprovam emendas em municípios com IDHM muito baixo e baixo com aqueles que não aprovam nesses mesmos municípios, daria robustez aos resultados.

A nossa terceira hipótese, após a análise da regressão múltipla, foi confirmada, pois a variável *partido do prefeito* teve um efeito positivo e significativo no modelo. Os parlamentares na 54^a legislatura apresentaram mais emendas para os municípios em que as prefeituras são controladas por partidos que fizeram coligação com o partido do parlamentar autor da emenda. Uma justificativa para esse fato acontecer é que os prefeitos são atores políticos fundamentais para a construção de candidaturas vitoriosas nas eleições para deputado federal, eles que fazem a intermediação do crédito da obra ou serviço prestado aos municípios onde foram utilizados recursos de emendas individuais dos parlamentares.

A cooperação e articulação entre esses dois atores dentro da organização partidária é um elemento central da competição eleitoral, de outro modo, os prefeitos são demandantes de políticas distributivistas de caráter localista. Deste modo, há mais uma evidência de conexão intrapartidária na arena eleitoral. Esse resultado acaba por

ratificar argumentos e conclusões de trabalhos empíricos de parte da literatura em Ciência Política, apresentados por Barone (2014) e Baião (2016).

Esta pesquisa ofereceu mais uma contribuição para agregar novas informações sobre o funcionamento da relação entre políticos e eleitores diante das emendas individuais. A análise construída aqui indica que as emendas individuais sozinhas não são capazes de explicar todo o volume de votos dos deputados federais recebidos nas eleições de 2014. Porém, elas são uma ferramenta importante para a maximização de votos do parlamentar nas localidades onde são aprovadas. Além disso, servem para fortalecer a relação entre deputados e prefeitos onde há ganhos mútuos, em que o parlamentar consegue reclamar os créditos por suas obras, enquanto os prefeitos também se aproveitam das obras realizadas com recursos de emendas individuais destinadas por deputados, provavelmente contribuindo com as campanhas desses deputados.

SOBRE OS AUTORES

Carlos Eduardo Bandeira dos Santos: Doutorando em Desenvolvimento Econômico Regional no Programa de Pós-Graduação em Economia pela Universidade Federal do Pará (UFPA); mestre em Ciência Política pela UFPA; especialização em Contabilidade e Controladoria Pública pela Faculdade Estácio de Belém; graduação em Ciências Contábeis pela Universidade da Amazônia. Contador da UFPA.

Maria Dolores Lima da Silva: Possui mestrado e doutorado em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro e graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará. É professora associada da Universidade Federal do Pará, vinculada à Faculdade de Ciências Sociais e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.

Rodrigo Dolandeli dos Santos: É doutor em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e mestre em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Possui Graduação e Licenciatura Plena em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É professor e pesquisador da Universidade Federal do Pará (UFPA), onde atua no curso de Ciências Sociais e no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP). Vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP/UFPA).

Carlos Augusto da Silva Souza: Possui mestrado e doutorado em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), professor/pesquisador da Universidade Federal do Pará, onde atua no curso de Ciências Sociais e no Programa de Mestrado em Ciência Política. Apresenta interesse nos seguintes temas de pesquisa: democracia, sistemas eleitorais e partidários, competição política, geografia eleitoral, financiamento de campanhas, minorias e grupos de interesse nas eleições.

REFERÊNCIAS

1. AMES, Barry. *Os entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
2. AMES, Barry. Electoral strategy under open-list proportional representation. *American Journal of Political Science*, v. 39, n. 2, p. 406-433, 1995. DOI: <https://doi.org/10.2307/2111619>
3. AMES, Barry; PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lucio. Famintos por pork: uma análise da demanda e oferta por políticas localistas e suas implicações para a representação política. In: POWER, Timothy; ZUCCO JUNIOR, Cesar (Orgs). *O Congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
4. AMORIM NETO, Octavio; SANTOS, Fabiano. A produção legislativa do Congresso. Entre a Paróquia e a Nação. In: VIANNA, Luiz Werneck (Org.). *A democracia e os três poderes no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
5. ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. *Consulta*. 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/map>. Acesso em: 06 mar. 2023.
6. BAIÃO, Alexandre L. *Emendas orçamentárias individuais: efeitos eleitorais, condicionantes da execução e qualidade do gasto público*. 2016. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2016.
7. BARONE, Leonardo S. *Eleições, partidos e política orçamentária no Brasil: explorando os efeitos das eleições locais na política nacional*. 2014. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2014.
8. BONFIM, Raul. *Emendas individuais e conexão eleitoral no Brasil (2006-2010)*. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017.
9. BRASIL. *Siga Brasil [base de dados]*. 2022 [atual]. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrazil>. Acesso em: 06 mar. 2023.
10. BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Portal de dados abertos do TSE*. [2022]. Disponível em: <https://dadosabertos.tse.jus.br/>. Acesso em: 06 mar. 2023.
11. FIRPO, Sergio; PONCZEK, Vladimir; SANFELICE, Viviane. The relationship between federal budget amendments and local electoral power. *Journal of Development Economics*, v. 116(C), p. 186-198, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jdevec.2015.04.005>
12. LAGO, Ivann; ROTTA, Edeimar. Conexão eleitoral e reeleição entre deputados federais do sul do Brasil / 1998-2010. *Revista de Sociologia e Política*, v. 22, n. 49, p. 139-156, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782014000100008>
13. LANCASTER, Thomas D. Electoral structures and pork barrel politics. *International Political Science Review*, v. 7, p. 67-81, 1986. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1600916>. Acesso em: 23 mar. 2023.
14. LEMOS, Leany Barreiro de S.; RICCI, Paolo. Individualismo e partidarismo na lógica parlamentar: o antes e o depois das eleições. In: POWER, Timothy; ZUCCO JUNIOR, Cesar (Orgs). *O Congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira*. Belo Horizonte: UFMG, 2011.
15. LEONI, Eduardo; PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lúcio. Estratégias para sobreviver politicamente: escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil. *Opinião Pública*, v. 9, n. 1, p. 44-67, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762003000100002>
16. MESQUITA, Lara. *Emendas ao orçamento e conexão eleitoral na Câmara dos Deputados brasileira*. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
17. PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lucio. O que é que o reeleito tem? O retorno: o esboço de uma teoria da reeleição no Brasil. *Revista de Economia Política*, v. 27, n. 4, p. 664-683, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-31572007000400010>
18. PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lucio. O que é que o reeleito tem? Dinâmicas político-institucionais locais e nacionais nas eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados. *Dados*, v. 44, n. 2, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582001000200004>

19. SANFELICE, Viviane. *Determinantes do voto para deputado federal: relação entre emendas orçamentárias e desempenho eleitoral*. 2010. Dissertação (Mestrado em Economia) –Escola de Economia de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2010.

Submissão em 20 de outubro de 2022.

Aceito em 01 de março de 2023.

